

GREVE GERAL DO FUNCIONALISMO QUEBRA A INTRANSIGÊNCIA DO GOVERNO

Págs. 04-05



Vem aí o
17º CONGRESSO
DO SINDSEF-SP

19, 20 E 21 DE OUTUBRO DE 2012

Pág. 08

SINDICATO DOS
TRABALHADORES NO
SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

136

SETEMBRO 2012

CSP
Conlutas
CENTRAL SINDICAL E POPULAR

Editorial
A LUTA NÃO PODE PARAR

Pág. 02

Conjuntura Nacional
CAI A POPULARIDADE DE DILMA

Pág. 03

Giro nos órgãos
SPU, IBAMA, FUNAI, MTE, IPEN, EMGEPRON

Págs. 06-07

www.sindsef-sp.org.br



A luta não pode parar!

Os acordos firmados com o governo nesta campanha salarial unificada não foram exatamente o que queríamos e ficamos muito aquém de nossas reivindicações. Isso é fato. Mas é importante reconhecer a grande demonstração de força dada pelo funcionalismo federal. No início da campanha salarial, uma das principais palavras de ordem era “negocia, Dilma!” Isso porque o governo não se dispunha a conceder qualquer índice de reajuste, sob alegação de que a crise mundial exigia “austeridade”. Mesmo sob pesado ataque, com corte de ponto e ameaças, os servidores públicos forçaram o governo a apresentar proposta.

Previsivelmente, a proposta veio rebaixada, com índice de 15,8% parcelado em três anos. Muitas categorias aceitaram. Algumas, mesmo recebendo índices um pouco melhores, rejeitaram. Mas, ainda que os aumentos conquistados não corrijam as perdas inflacionárias acumuladas nos últimos cinco anos, foram uma clara derrota para o governo. Dilma buscou por todas as formas intimidar os trabalhadores e manteve uma postura intransigente. Mas a cada ataque desferido ao funcionalismo, a greve se ampliava e ganhava novas adesões.

Foi, até agora, a maior greve que o governo do PT enfrentou. E o governo e suas correias de transmissão no meio sindical falharam em conter ou esvaziar o movimento. A greve também teve impactos perceptíveis na popularidade da presidente. E quem tem aplaudido a atitude de Dilma? FHC e a imprensa conservadora. Ou seja, os defensores do Estado

mínimo, do arrocho salarial, da precarização dos direitos trabalhistas. A presidente ainda pode manter alta sua popularidade. Mas está cada vez mais evidente a que interesses serve.

Como ficam agora as contradições assumidas pelo PT, como cortar ponto de grevista? Tudo leva a crer que os embates tendem a se acirrar. Lula, enquanto atacava direitos dos trabalhadores, fazia de conta que negociava com o movimento sindical. Dilma, por sua vez, leva as contradições do governo ao limite, abandonando o faz-de-conta. Hoje, seu principal interlocutor com os movimentos sociais, o ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência da República, está completamente desmoralizado. Chegou a ser vaiado publicamente por sindicalistas.

Dilma já disse, por exemplo, que quer ver aprovado o projeto de lei do senador tucano Aloysio Nunes que restringe o direito de greve no serviço público. E os problemas não se limitam ao funcionalismo. O governo pretende flexibilizar a legislação trabalhista e conta, para isso, com o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, ligado à CUT, que apresentou proposta do Acordo Coletivo Especial. Com tudo isso, como é que o seu partido ainda poderá se dizer “dos trabalhadores”?

O discurso demagógico de que a prioridade é “manter os empregos de quem não tem estabilidade” não resiste aos fatos. Dilma apenas tenta jogar a opinião pública contra “os que têm estabilidade”, isto é, nós, servidores. Mas o que o governo do PT tem feito é injetar dinheiro na burguesia, com

redução de imposto e privatizações de aeroportos, ferrovias e rodovias. Tudo isso com efeitos praticamente nulos sobre a geração de empregos. E sem falar da transferência de dinheiro público – mais da metade do orçamento da União – para os banqueiros via pagamento de juros da dívida.

A derrota do governo na greve foi importante sobretudo para mos-

trar a capacidade de resistência dos trabalhadores. Afinal, novos ataques estão por vir, sobretudo no contexto de um aprofundamento da crise mundial. Portanto, a greve foi vitoriosa! Vitoriosa por ter resistido aos ataques do governo. Vitoriosa por ter forçado a abertura de negociações. Vitoriosa por apontar o caminho da luta! E a luta não pode parar!

PRESTAÇÃO DE CONTAS - JULHO 2012

SALDO INICIAL	R\$ 5.316,24
TOTAL DAS RECEITAS (Consignações dos filiados, pagto. empréstimos, aplicação da poupança etc.)	R\$ 191.516,04
DESPESAS	
ADMINISTRATIVO (Aluguel da sede e núcleo de Pirassununga, custas processuais, manutenção da sede, copa e limpeza, material de escritório etc.)	R\$ 23.923,89
FUNCIONÁRIOS (FGTS, salários, seguro saúde, INSS, V.R., V.T etc.)	R\$ 45.200,19
SINDICAL (Hospedagens, locação de veículos, viagens, reunião de diretoria, cursos/palestras, doações etc.)	R\$ 44.844,81
CONTRATOS / PRESTADORES DE SERVIÇOS (Contabilidade, Jurídico, informática, motoboy, vigia noturno etc.)	R\$ 37.968,45
IMPRENSA (Jornal, boletins, cartazes, faixas, assinatura Folha de São Paulo)	R\$ 5.603,10
CORREIOS (Envio de jornal, impresso especial etc.)	R\$ 4.317,14
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (CONDSEF CSP-Conlutas etc.)	R\$ 20.652,60
VEICULO (Seguro, prestação, combustível, pedágio, estacionamento etc)	R\$ 4.959,37
TELEFONES (Celulares e Telefônica)	R\$ 4.224,07
TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 191.693,62
RESULTADO RECEITAS (-) DESPESAS	R\$ -177,58
SALDO FINAL	R\$ 5.138,66

**FISCALIZE AS CONTAS DO SEU SINDICATO!
ESSE DINHEIRO TAMBÉM É SEU.**

Expediente:

JORNAL DO SINDSEF-SP - Publicação mensal do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo

Rua Capitão Cavalcanti, 102 - Vila Mariana - São Paulo - SP - CEP:04017-000 - Tel: (11) 5085-1157 - Site: <http://www.sindsef-sp.org.br> - Facebook: [sindsef-sp](https://www.facebook.com/sindsef-sp) - e-mail: imprensa@sindsef-sp.org.br

Jornalistas responsáveis Fábria Corrêa (MTB 31270/RJ) / Lara Tapety (MTE 1340/AL) - Estagiário: Felipe Nascimento - Colaborou para esta edição: Eliana Maciel

Tiragem: 7.000 Exemplares - Projeto Gráfico / Diagramação: Lara Tapety - Impressão: Grafis Soluções Gráficas Ltda. - São Paulo / SP



Cai a popularidade de Dilma

Dilma acreditou que poderia agir impunemente atacando e retirando direitos dos trabalhadores. Durante a greve do funcionalismo público federal, por exemplo, usou e abusou do bloqueio da mídia e do bombardeio de informações distorcidas, para tentar jogar a população contra os servidores. Tentou vender a falsa imagem de que todos são privilegiados com salários altíssimos, “os servidores de sangue azul”. Jogou para debaixo do tapete a realidade dos salários defasados da grande maioria dos servidores, bem como o sucateamento do serviço público de forma geral. Mas a força da greve furou parte do bloqueio e a verdade acabou vindo à tona. Dilma pagou um preço bem alto por sua intransigência e falta de habilidade. A popularidade do Governo caiu cerca de 10% nas grandes capitais.

Mas o governo ainda tem muita força. Dilma segue impondo cortes nos gastos públicos e privilegiando os ricos. De acordo com as contas da Auditoria Cidadã da Dívida, em 2012, até o dia 2 de agosto, o pagamento dos juros da dívida pública consumiu R\$ 566 bilhões, ou seja, 52% do orçamento federal. Esse valor é cinco vezes maior que o gasto com funcionalismo. Os recursos necessários para os investimentos em infraestrutura, valorização do funcionalismo federal e dos serviços públicos, para atender melhor as necessidades da população, são os mesmos que o governo acaba destinando ao pagamento e rolagem da dívida pública.

Entre 2011 e 2012 foram concedidos 155 bilhões em incentivos



fiscais para as grandes empresas. Usa-se dinheiro público para garantir o lucro de empresas privadas, inclusive quando elas demitem ou ameaçam demitir milhares de trabalhadores, como no caso recente da GM de São José dos Campos.

Agora o Governo anunciou uma nova onda de privatizações e ataques. Com o chamado Programa de Investimento em Logística, o governo destinará para os empresários investimentos de R\$ 133 bilhões ao longo dos próximos 30 anos. Serão milhares de quilômetros de rodovias e ferrovias, além de mais aeroportos e portos, entregues ao capital privado, inclusive estrangeiro, sob o formato de parcerias público-privadas – o modo petista de privatizar. Os empresários comemoraram a decisão e os tucanos já lançaram uma nota parabenizando o governo.

Além das privatizações, o governo ataca as aposentadorias ao tentar substituir o fator previdenciário por um mecanismo ainda pior. Junto com a fórmula 85/90 (valor

da soma da idade com o tempo de contribuição para mulheres e homens respectivamente), o governo planeja propor uma fórmula móvel que exige mais tempo de contribuição dependendo da expectativa de vida do brasileiro, além de instituir a idade mínima.

Também está em estudo o Acordo Coletivo Especial (ACE), um projeto que flexibiliza a CLT e garante que prevaleça a negociação sobre a legislação. Isso abre na prática a possibilidade de desrespeito aos direitos trabalhistas, assegurados na Constituição e na CLT. O ACE é um dispositivo onde a flexibilização dos direitos será permitida. Assim, um acordo entre sindicato e patrão poderá conter cláusulas inferiores ao da legislação.

Os servidores públicos federais já apontaram o caminho. Somente um movimento forte e organizado, que unifique amplos setores do movimento sindical, popular e estudantil, pode dobrar o governo e impedir todos estes ataques.

O JULGAMENTO DO MENSALÃO

O julgamento dos envolvidos no escândalo do Mensalão pelo Supremo Tribunal Federal (STF) esta tomando uma proporção maior do que os petistas esperavam. Com o início da campanha eleitoral há uma grande polarização entre o bloco governista (PT e aliados) e a oposição de direita (PSDB e DEN). PSDB e aliados tentam ganhar apoio denunciando o PT, porém, apesar das disputas, há poucas diferenças entre eles. A oposição de direita está envolvida até o pescoço em casos de corrupção, como fica bem claro no recente escândalo do bicheiro Carlinhos Cachoeira e no mensalão do PSDB, onde o ex-governador de Minas Gerais, Eduardo Azeredo (PSDB) está no centro das acusações.

O mensalão, que envolve os dirigentes máximos do PT, José Dirceu (ex-ministro da casa civil), José Genoíno (ex-deputado federal e ex-presidente do PT), Sílvio Pereira (ex-secretário-geral do PT) e Delúbio Soares (tesoureiro da campanha do Lula em 2002 e ex-tesoureiro do PT), foi um dos maiores esquemas de lavagem de dinheiro, compra de apoio político e utilização de dinheiro público para fins privados que já foi noticiado na história deste país. As denúncias dão conta de que o PT e outros partidos, juntamente com empresários, publicitários e assessores, teriam criado um super esquema de pagamento a parlamentares.

Os corruptos estão acostumados a viver em um país aonde somente ladrões de galinha vão para a prisão. Por isso é necessário fazer muita pressão popular e criar muito constrangimento para que os juizes não se sintam livres para encontrar punições, mais branda para os culpados.



Unidade e forte greve geral do funcionalismo **quebram a intransigência do governo**

Vitória política marca o fim da maior greve geral do serviço público federal dos últimos 10 anos

Um forte e longo processo de mobilização foi preciso para arrancar concessões por parte do governo. A política de Dilma era de reajuste zero, mas a luta dos servidores unidos conseguiu quebrar a intransigência da presidente.

Desde o início do lançamento da Campanha Salarial Unificada, em fevereiro, aconteceram quase duzentas reuniões entre as entidades sindicais e os interlocutores do governo, quatro grandes marchas unificadas em Brasília com participação de milhares de trabalhadores e diversas manifestações nos estados, de norte a sul do Brasil.

Foto: Lara Tapety



Foto: Priscila Diniz

Em maio, os docentes das universidades federais deram início à greve. No mês seguinte, respectivamente, aderiram os técnicos administrativos das universidades, os técnicos e professores das EBTTs, vários setores da Condsef, Agências Reguladoras, IBGE, a Fiocruz e tantos outros segmentos. No total, pararam cerca de 30 categorias do funcionalismo público.

Inicialmente o governo havia estipulado o prazo de 31 de julho para apresentar propostas aos servidores, depois, adiou para a semana entre 13

e 17 de agosto. Não cumpriu o próprio prazo. Tentou aplicar o plano de reajuste zero, contido no projeto de lei 549/09, que congela os salários dos servidores federais por 10 anos e tramita no Congresso Nacional. Mas, graças à luta dos servidores, não conseguiu.

Dias antes do fechamento da Lei Orçamentária Anual (LOA), em 31 de agosto, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) lançou para todas as categorias em greve a proposta de 15,8% de reajuste, escalonados em três anos.

As primeiras assembleias rejeitaram a proposta e algumas categorias conseguiram valores maiores que este através de adicionais de graduação e recomposição da estrutura das carreiras. Em seguida, a maioria dos segmentos do funcionalismo mobilizada em torno da campanha salarial assinou acordo com o governo e encerrou a greve, deixando claro que mais mobilizações estão no horizonte.



Foto: Lara Tapety



Foto: Fábio Corrêa

GREVE NO INCRA

Até o fechamento desta edição os servidores do Inkra/SP seguiam em greve nacional após rejeitarem a proposta apresentada pelo governo. A situação de sucateamento do órgão e as perdas salariais acumuladas nos últimos anos foram os principais entraves para assinatura de um acordo.

A demanda da categoria é clara: equivalência de vencimentos com a carreira de fiscalização do MAPA. Porém, estão prontos para debater qualquer proposta que se aproxime do reivindicado, como a incorporação total das gratificações.

No entanto, o que foi apresentado conseguiu desagradar ativos e aposentados, nível médio e nível superior, novos e antigos. Uma proposta escalonada até 2015, com reajuste nas gratificações que dependem de metas arbitrariamente estipuladas, num órgão com sérios problemas estruturais.

A expectativa é manter o movimento grevista até que o governo sinalize com uma proposta que realmente atenda as reivindicações dos profissionais do Instituto, em relação à ampliação da melhoria dos padrões remunerativos e a reestruturação de carreiras do órgão.

O MOVIMENTO GREVISTA

A unidade de ação tão chamada pela CSP-Conlutas amadureceu e ganhou força. O Fórum Nacional das Entidades Nacionais, criado em 2011, traçou um calendário para a campanha salarial unificada. Dilma deu um tiro no pé ao ignorar o movimento, que passou a avançar a cada dia. A greve, deflagrada gradativamente em todo o funcionalismo, cresceu tanto que abalou verdadeiramente a conjuntura do país.

Na avaliação do membro da Secretaria Executiva da CSP-Conlutas, Paulo Barela, a mobilização

do funcionalismo foi importante para desgastar a imagem de Dilma. Isto torna o governo mais vulnerável nas próximas lutas.

Outro aspecto positivo citado por Barela foi que, apesar do papel nefasto da mídia, a população não se posicionou contra a greve, especialmente dos docentes. O movimento dos educadores conseguiu levar à tona a precariedade das universidades federais do país, resultado das políticas do Governo Lula, com destaque para o Pronatec e o Reuni. Ambos não são nada menos que a expansão

desordenada, sem condições de trabalho e estrutura física.

Do ponto de vista econômico, a conquista foi mediana, mas não deixa de ser válida já que o movimento conseguiu dobrar a política de reajuste zero do governo.

O processo não terminou ainda. As entidades nacionais seguem discutindo a pauta geral. Uma nova reunião entre os representantes dos servidores e do governo, marcada para o dia 27 de setembro, vai debater auxílio alimentação e auxílio saúde.

LEI ANTIGREVE

Como consequência da dimensão do movimento, o debate sobre o direito de greve é intensificado. Dilma quer aprovar uma lei semelhante àquela que Lula tentou aprovar em 2007, referente aos pré-requisitos para deflagração de greve.

O PLS (Projeto de Lei do Senado Federal) 710/2011, de autoria do senador Aloysio Nunes (PSDB/SP), praticamente torna proibida a paralisação no setor público. Entre os ataques ao direito constitucional está a obrigatoriedade da aprovação de greve por pelo menos dois terços de todos os trabalhadores de determinada categoria e proibição da paralisação nos chamados "serviços essenciais".

Nessa lista estão incluídos a distribuição de energia elétrica e gás, abastecimento de água, telecomunicações, inspeções agropecuárias, arrecadação, controle de fronteiras e a inspeção de indústrias e comércio, onde o limite de servidores parados não poderá ultrapassar os 20%.

Para fazer greve, os servidores deverão ainda, por essa lei, manter funcionando pelo menos 50% de todo o efetivo. Além disso, ficaria estabelecido desde já o corte no ponto e o desconto de, no mínimo, 70% da remuneração, além da substituição dos grevistas. Ou seja, além de improvável, uma greve não teria qualquer impacto.



BENEFÍCIOS: O valor do auxílio-alimentação aumentou de R\$ 304,00 para R\$ 373,00. Confira abaixo o reajuste da participação do Governo no Plano de Saúde.

REMUNERAÇÃO / IDADE	FAIXA 01 (00-18)	FAIXA 02 (19-23)	FAIXA 03 (24-28)	FAIXA 04 (29-33)	FAIXA 05 (34-38)	FAIXA 06 (39-43)	FAIXA 07 (44-48)	FAIXA 08 (49-53)	FAIXA 09 (54-58)	FAIXA 10 (59 OU +)
0000-1499	121,94	127,69	129,42	134,60	138,62	143,22	154,98	157,44	159,90	137,70
1500-1999	116,19	121,94	123,67	127,69	131,72	136,32	147,42	149,76	152,10	159,90
2000-2499	110,44	116,19	117,92	121,94	125,97	130,57	139,86	142,08	144,30	154,10
2500-2999	105,84	110,44	112,16	116,19	120,22	124,82	133,56	135,68	137,80	144,30
3000-3999	100,08	105,84	107,56	110,44	114,46	119,07	127,26	129,28	131,30	137,80
4000-5499	90,88	93,18	94,91	95,48	99,51	104,11	105,84	107,52	109,20	111,80
5500-7499	87,43	88,58	90,31	90,88	94,91	99,51	100,80	102,40	104,00	106,60
7500 ou +	82,83	83,98	85,70	86,28	90,31	94,91	95,76	97,28	98,80	101,40

DNPM REJEITA PROPOSTA

No DNPM, a proposta do governo também foi rejeitada. Em assembleia realizada dia 31 de agosto a categoria decidiu encerrar o movimento paredista e retornou ao trabalho no dia 3/09, segunda-feira.



SPU

REESTRUTURAÇÃO JÁ!

Encerrada as negociações sobre a campanha salarial unificada, os servidores da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) voltam a se dedicar à luta pela reestruturação do órgão. Sem dúvida, esta é a principal reivindicação do setor.

Na SPU ocorreram mobilizações pontuais (dias de lutas e assembleias) visando a incorporação ao movimento nacional dos Servidores Públicos Federais e refletir sobre a conjuntura em que ocorria a campanha salarial.

Apesar do reajuste de 15,8%, parcelado em três anos, não atender as reivindicações do funcionalismo, serviu a outro propósito. Unificar as diversas carreiras que formam o quadro da Secretaria do Patrimônio e retomar o processo de negociação para reestruturação da SPU.

Conscientizar os demais colegas sobre a urgência deste debate foi o primeiro passo. Em outro momento, a significativa participação de representantes das diferentes carreiras que compõem o setor já demonstrava esta disposição.

Em assembleia a categoria aprovou a realização de reuniões mensais com a superintendente regional para buscar soluções de forma mais efetiva e imediata. Resgatando o compromisso assumido em um seminário realizado no início do ano.



Servidores mostram faixa pela reestruturação do órgão.

A estratégia de atuação nacional também foi alvo de debate. Para os servidores de São Paulo, é fundamental que as mesas de negociações com o governo reflitam a realidade do setor. Neste sentido, deve contar com representantes de todas, ou da maior parte possível de cargos e carreiras lotadas na SPU. O objetivo é evitar que a discussão gire somente em torno de melhoria salarial, por exemplo.

Foi sugerida a criação de instâncias locais de representação com dois membros, sendo um deles integrante de carreira "nativa" da SPU (TNS ou Intermediário) e outro membro de carreira distinta, definidos em eleição local.

Com base nestas demandas, foi formada uma comissão de comunicação e estratégia permanente para manter viva a mobilização até a próxima negociação.

IBAMA

A LUTA CONTINUA!

Servidores do IBAMA e do ICMBio em São Paulo aceitaram a proposta do governo através da Secretária de Relações do Trabalho do MPOG. Contudo, isto não significa renunciar a luta nos próximos anos.

É fato que a proposta não atende as reivindicações históricas da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (CEMA). Por exemplo, não iguala o teto da carreira de nível médio ao salário inicial do nível superior. Além disso, mantém a discriminação aos aposentados que receberão 50% do reajuste da Gratificação de Desempenho. Outro ponto de crítica é que até 2015 o vencimento básico (VB) passa a ser menor que a atual remuneração do servidor. Por isso, a luta continua.

Apesar dos problemas contidos na proposta, os servidores entenderam que aceitar é a melhor forma para fazer o governo cumprir o prometido e no próximo ano lutar por todos estes pontos, bem como pela antecipação das parcelas previstas para 2014 e 2015.

Agora a categoria segue na luta pela regulamentação das Gratificações de Qualificação (GQ) com isonomia, sem que sejam estabelecidos percentuais máximos de servidores que tenham direito a elas.

Concurso Público

O Ibama divulgou no mês de agosto a realização de concurso público para o cargo de Técnico Administrativo, nível intermediário, ainda em 2012. No entanto, devido a precarização e as terceirizações que estão acontecendo no órgão, o número de vagas previsto é insuficiente para atender as demandas. Na distribuição o estado de São Paulo ficou com três vagas, 1% do total oferecido.



Servidores do IBAMA participam de Ato Unificado.

MTE

LUTA DOS SERVIDORES ARRANCA ACORDO DO GOVERNO

Os servidores do MTE/SP decidiram, após ampla discussão, aceitar a proposta oferecida pelo Secretário de Relações do Trabalho, Sérgio Mendonça.

Na avaliação de Beth Lima, diretora do Sindsef-SP, a proposta, apesar de insuficiente, somente foi conquistada devido a força do movimento unificado nacional.

A proposta final apresentada pelo governo prevê reajuste salarial na Gratificação de Desempenho, parcelado em três anos, a partir de 2013. O reajuste é R\$ 1.000 (parcelas de R\$ 333,33) para o nível superior, R\$ 930,00 (parcelas de R\$ 310,00) para o nível intermediário e R\$ 630,00 (parcelas de R\$ 210,00) para o nível auxiliar. Os aposentados receberão a metade desses valores.

Ainda como partes da negociação, também já foram lançadas pelo governo as tabelas com os novos valores do Vale Refeição e do Plano de Saúde. O valor do auxílio-alimentação aumentou de R\$ 304,00 para R\$ 373,00 e a per capita do plano de saúde gira em torno de 25% a 30%. O ganho vale para todos do Poder Executivo, sendo o aumento do VR somente para ativos e do Plano para todos.

A tabela atual de reajuste do nível intermediário, R\$ 930,00, e do nível superior, R\$ 1.000,00, diminui a disparidade acentuada nos últimos anos. No entanto se a comparação se estender a outros órgãos o abismo salarial continua imenso.

Entre as reivindicações específicas do setor está a equiparação com os salários pago aos servidores da previdência, onde a diferença varia entre R\$ 1.500,00 e R\$ 3.000,00. Mas a diferença fica ainda maior quando comparado com outros órgãos da administração pública como Ciência e Tecnologia e o Banco Central.

A categoria decidiu em assembleia encerrar as paralisações semanais e retornar ao trabalho.

No entanto, a proposta do governo deixa sem respostas importantes pontos da pauta da categoria como abertura de concurso público, realização de treinamento e a criação do plano de carreira, além da equiparação com a tabela salarial do INSS.

Além disso, uma comissão foi organizada para se reunir com o superintendente do órgão, José Roberto de Melo, e debater assuntos referentes a jornada de 30 horas e anistia do período de greve em 2010.

IPEN

INSTITUTO COMPLETA 56 ANOS



Asssembleia realizada durante a greve no IPEN.

Este ano os servidores deram mais uma demonstração da sua força ao aderirem à greve nacional do funcionalismo. Mesmo com as investidas do governo contra o movimento a paralisação foi significativa e as assembleias estiveram sempre lotadas.

Na carreira de C&T o reajuste de 15,8%, dividido em três anos, será sobre o vencimento básico. Além disso, consta do acordo a proposta de reestruturação da GQ, que deverá ser encaminhada em setembro.

A força do movimento derrubou a política de reajuste zero que a presidente Dilma queria impor. Sem dúvida uma vitória conquistada através da unidade dos diferentes setores do serviço público.

No dia 31 de agosto, o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares completou 56 anos de atividades. O Sindsef-SP e a Assipen (Associação dos Servidores do IPEN) parabenizam os trabalhadores do Instituto, que continuam na luta para manter a eficiência no setor e assim garantir muitos outros aniversários.

FUNAI

DEBATE SOBRE CARREIRA INDIGENISTA PREVISTO PARA SETEMBRO

Após uma expressiva greve nacional, os servidores da Funai (Fundação Nacional do Índio) garantiram o reajuste na gratificação de desempenho nos mesmos moldes das demais carreiras do executivo, ou seja, parcelado em três anos.

Representantes do Comando de Greve da Funai participaram da mesa de negociação com a Secretaria de Relações do Trabalho (SRT/MPOG), no dia 22 de agosto. A delegada de base, Ivanilde Pereira, representou o Sindsef-SP neste encontro.

Durante a negociação, o governo se comprometeu a iniciar o debate sobre a Carreira

Indigenista ainda em setembro de 2012, principal reivindicação do setor, por conta da especificidade do trabalho.

Na ocasião os trabalhadores cobraram o nivelamento de todos os cargos de nível superior, lei 12.277/10. Atualmente somente 20% dos servidores nos cargos de economistas e engenheiros foram contemplados com o reajuste.

O desmonte do órgão, o desvio de função, o alto índice de servidores próximos da aposentadoria e a necessidade urgente de realizar concurso público foram outros pontos de pauta da reunião.

EMGEPRON

No dia 23 de agosto, o Sindsef-SP e a Emgepron (Empresa Gerencial de Projetos Navais) participaram de uma audiência de conciliação na tentativa de solucionar conflitos entre os funcionários e seus empregadores. A audiência foi realizada no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT/SP).

Na ocasião um importante avanço foi conquistado. Seguindo orientação da Desembargadora Relatora, Ivani Contini Bramante, a empresa se comprometeu a conceder aos trabalhadores o mesmo percentual de reajuste oferecido em Dissídio Coletivo realizado com o SEAAC/Sorocaba, como forma de antecipação salarial. A correção será de 6,50 %, retroativa a janeiro de 2012. Porém, a empresa

NEGOCIAÇÕES AVANÇAM

não definiu uma data para a implementar o reajuste.

Após inúmeras tentativas de negociação, os trabalhadores da Emgepron decidiram que o Sindsef-SP deveria recorrer a Justiça do Trabalho com pedido de dissídio coletivo, visando garantir que a empresa negocie a pauta de reivindicações da categoria e reconheça a legitimidade do sindicato para representá-los. O Sindsef-SP já possui 258 filiados de um universo de 430 trabalhadores.

A Desembargadora sinalizou com a possibilidade de realizar um plebiscito, conduzido pelo Ministério Público, com o objetivo de permitir que os trabalhadores definam sua representação sindical.

Porém, na última audiência, realizada no dia 05 de setembro, as outras entidades sindicais que reivindicam a representação - intimadas a pedido da Emgepron - não aceitaram de imediato aquilo que poderia resolver o impasse.

A FEAAC/SP (Federação dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio de São Paulo) pediu um prazo para se manifestar e o SINTPQ (Sindicato dos Trabalhadores em Pesquisa, Ciência e Tecnologia) afirmou ser contra a realização do plebiscito. O Sindsef-SP reiterou que o plebiscito é a maneira mais democrática de resolver a situação, porque quem deve decidir sobre a representação são os trabalhadores.

Um prazo de 10 dias foi dado para cada parte envolvida, totalizando 40 dias para o próximo encontro em que a juíza vai decidir sobre a representatividade.



17º CONGRESSO DO SINDSEF-SP

vai aprofundar o debate sobre organização do trabalho de base

A Organização do Trabalho de Base será um dos principais temas do 17º Congresso Estadual do Sindsef-SP, que será realizado nos dias 19, 20 e 21 de outubro, na Colônia de Férias dos Metalúrgicos de São José dos Campos, em Caraguatatuba/SP.

O Conselho Deliberativo do Sindsef-SP reuniu-se no dia 31 de agosto e debateu o regimento interno do congresso. Os membros do conselho se comprometeram a agendar assembleias em seus locais de trabalho para eleger os delegados até o dia 11 de outubro.

O Congresso deve fazer uma análise sobre a atuação do Sindsef-SP no último período e apontar os desafios mais importantes para os próximos anos. Também vai debater conjuntura internacional e nacional, o balanço do movimento dos servidores públicos federais/plano de lutas, o combate às opressões e o processo eleitoral da entidade.

O prazo para inscrições de teses e contribuições é até as 18 horas do dia 28 de setembro, na sede da entidade. O material pode conter no máximo 40 mil caracteres (incluindo espaço).

Confira em nossa página na internet (www.sindsef-sp.org.br) os editais de convocação do 17º Congresso e da Assembleia Eleitoral marcada para 21 de outubro, último dia do congresso.

CALENDÁRIO DAS ASSEMBLEIAS

DATA	HORA	CIDADE	ÓRGÃO
12/09	14h	Bauru	GRTE/MTE, Funai e Exército
13/09	14h	Marília e região	GRTE/MTE
	9h	Guarujá	Funasa
	11h		GRTE/MTE
14/09	13h	Santos	Transportes
	15h		Ibama
	10	Capão Bonito	ICMBio
18/09	16	Araçatuba	GRTE/MTE
	8h		Ministério da Agricultura
24/09	13h	Campinas	GRTE/MTE
	16h		AGU
	10h		ICMBio
	17h	Pirassununga	Ativos/Apos. Aeronáutica
25/09	10h	São Paulo	Ibama / ICMBio de Atibaia
	14h		DNPM
26/09	10h	Franca	GRTE/MTE
	14h	Ribeirão Preto	GRTE/MTE
27/09	10h	São Carlos	GRTE/MTE
	15h	Araraquara	GRTE/MTE
28/09	13h	São José do Rio Preto	GRTE/MTE
01/10	13h	São Paulo	SRTE/MTE

CONFIRA DEMAIS DATAS/ALTERAÇÕES DE ASSEMBLEIAS NO SITE DO SINDICATO: WWW.SINDSEF-SP.ORG.BR

TRABALHADOR,

FORTALEÇA SUA ORGANIZAÇÃO SINDICAL!
VENHA FAZER PARTE DO SINDSEF-SP!

Participe e incentive seus colegas a se filiarem ao Sindsef-SP

O Sindsef-SP retoma a campanha de filiação para fortalecer a atuação do sindicato. Você que ainda não é filiado, venha nos ajudar na defesa de seus interesses.

O governo federal tem jogado duro contra os trabalhadores e não abre mão de projetos que atacam os seus direitos. A atual conjuntura, nacional e internacional, demonstra que a tendência é a situação se agravar no próximo período. Sua filiação é importante para apoiar e manter a entidade na luta, independente de patrões e de governos.

O Sindsef-SP luta contra o sucateamento do serviço público, a retirada de direitos, o assédio moral, etc. Além disso, tem colocado em prática uma série de projetos que visam renovar a atuação do sindicato. A estrutura melhorou, a área de comunicação foi ampliada, o departamento jurídico foi reforçado. É de suma importância estreitar as relações entre filiados e diretoria, melhorar os canais de comunicação e informação e, sobretudo, ampliar e fortalecer a participação da base.

Por esta razão, é prioridade desta diretoria chegar ao maior número de servidores possíveis, impulsionando a campanha de filiação da entidade. Desta forma, se constrói um sindicato mais próximo e atuante junto a um número cada vez maior de servidores.

Venha fazer parte do Sindsef-SP!



SINDSEF-SP
CSP
Central Sindical e Popular